

**Rosangela Patriota
Alcides Freire Ramos**
(Orgs.)

Memória Coletiva,

Memória individual e
História Cultural





Memória e História das mulheres e de Gênero: uma reflexão a partir do caso português

Irene Vaquinhas²⁸

O historiador Fernando Catroga na obra intitulada *Memória, história e historiografia* dedica um capítulo “à escrita da história como rito de recordação”, afirmando, a dado passo, que “[...] a historiografia também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade científica a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação”. (CATROGA, 2001, p. 50.) De acordo com as suas palavras, a produção historiográfica também fabrica memória, isto é, contribui, para o modo como no presente se olha e se valoriza o passado, considerando ainda que, sendo o historiador filho do seu tempo, cada geração ou comunidade, num tempo específico, relaciona-se com o passado à sua maneira.

O entendimento da historiografia como uma forma de combate ao esquecimento vai ao encontro do pensamento da historiadora Christine Bard, para quem a história das mulheres e do género ajuda a preencher, nos dias de hoje, o défice de memória coletiva feminina, (BARD, 2003.) constituindo um meio privilegiado de acesso ao co-

28 FLUC / CHSC. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra (Portugal) Email: irenemcv@fl.uc.pt





nhecimento do passado e a um património memorial.

Sob este ponto de vista, a historiografia abre um caminho para a recuperação da memória histórica das “vítimas dos silêncios dos documentos” ao dar visibilidade às mulheres e às relações sociais de género no processo histórico. Consiste, igualmente, num elemento de reflexão ou, pelo menos, de comunicação política, ao apelar aos poderes públicos no sentido de integração de lugares da memória do feminino no espaço urbano, ao nível da evocação simbólica e da celebração memorial, como forma de reparação do esquecimento.

Do silenciamento passou-se ao reconhecimento oficial, tendo temáticas relativas à história das mulheres e do género, se convertido, em determinados contextos, em assuntos politicamente convenientes.

No momento em que as questões relativas à cidadania, à inclusão, à igualdade e às representações paritárias na vida pública estão na agenda política de numerosos países, pelo menos ao nível da União Europeia, importa problematizar o conhecimento historiográfico atualmente produzido no campo da história das mulheres e do género e, muito em particular, o modo como este dialoga com o tempo presente, bem como os seus impactos em outras áreas do saber e eventual instrumentalização pelo poder político. Convém também questionar o modo como se podem conciliar os imperativos éticos e cívicos da sociedade contemporânea e os requisitos inerentes à construção da história-ciência que exige objetividade crítica e cuidado extremo no apuramento dos factos.

A minha comunicação tem por objetivo equacionar algumas destas questões, tendo por base de análise o levantamento da produção historiográfica portuguesa, na área dos estudos de história das mulheres e de género, desde o início do século XXI aos dias de hoje. Nesse sentido, começarei por apontar as principais linhas de pesquisa, os pressupostos epistemológicos em que assentam, os seus condi-





cionalismos e áreas temáticas pouco exploradas e/ou em construção. Finalmente, procurarei destacar o modo como têm influenciado a emergência de novas áreas do conhecimento científico, contribuído para a definição de lugares da memória do feminino e conduzido ao respeito pela diversidade cultural e pela democratização da cultura.

Sobre a “história das mulheres” e “história do género” em Portugal: emergência, desenvolvimento e confluência

A área de estudos de história das mulheres começou a desenvolver-se, em Portugal, a partir dos anos 1970, não obstante algumas iniciativas esporádicas na década anterior, realizadas à margem dos meios académicos, no âmbito da oposição ao Estado Novo. (VAQUINHAS, 2002, p. 201.) É, porém, a partir da referida década que, sob o impulso de movimentos de libertação das mulheres, chamado feminismo de segunda vaga, com destaque para o “feminismo de Estado”,²⁹ representado pela Comissão da Condição Feminina, criada em 1975,³⁰ se questionaram os saberes estabelecidos, em especial, o lugar das mulheres no processo histórico, obrigando a rever-se a sua ausência e a conferir-lhes uma visibilidade que lhes permitiu aceder ao estatuto de sujeito e à cena da história. (VAQUINHAS, 2002, p. 149.)

O impacto destes movimentos “[...] implicou a valorização das questões relativas às mulheres, por via da sua vertente reivindicativa,

29 A expressão “feminismo de estado” é utilizada por Celia Valente para caracterizar as iniciativas levadas a cabo pelo *Instituto de la Mujer*, em Espanha, instituição fundada em 1983 e tutelada pelo Ministerio de Sanidad Servicios Sociales e Igualdad. (AGUADO, 2003, p. 298.)

30 Sobre a fundação da Comissão da Condição Feminina veja-se, entre outros, <<https://www.cig.gov.pt/a-cig/historia-da-cig/>>.





e suscitou um profícuo debate teórico e epistemológico no seio das ciências sociais e humanas, pela crítica aos paradigmas do universal, do progresso, da neutralidade e da natureza humana, entre outros”. (PINTO; ALVAREZ, 2014, p. 9.)

A reflexão crítica sobre as condições da produção do conhecimento histórico e das práticas discursivas (objetividade, conceitos, entre outros), sustentada em pressupostos metodológicos teorizados por Michel Foucault, singulariza a gênese da história das mulheres, com o intuito de afirmar a existência de um novo território historiográfico e o trabalho dos seus historiadores. (VIRGILI, 2002, p. 5.)

Obedecendo a um triplo objetivo, científico, institucional e militante, este período inicial dos estudos, a “fase das iniciativas esporádicas” nas palavras de Anne Cova, (1999b, p. 119.) visava destacar as mulheres do universal masculino, pôr fim à exclusão a que a historiografia tradicional as votara e dar-lhes visibilidade como objeto e sujeito da história assim como na sua qualidade de historiadoras.

Sob o ponto de vista da militância política, a história das mulheres trazia aos movimentos de emancipação feminina legitimidade, memória e identidade, interpretando-se a valorização da presença feminina no processo histórico como uma forma de resgate da memória coletiva, um ato de justiça e um meio de reforçar a visibilidade política das mulheres, não sendo alheio a uma certa “intenção justiceira”. (CATROGA, 2011, p. 10.)

Enquadrando-se num processo mais geral que ocorreu quase em simultâneo em vários países a nível mundial, (THÉBAUD, 2011, p. 11.) entre os quais o Brasil, (MATOS 2000; SOIHET; PEDRO 2007; COLLING, 2012-13.) o avanço da história das mulheres nos meios universitários portugueses foi devedor da renovação historiográfica proporcionada pela escola dos *Annales* e pelo diálogo interdisciplinar com outras ciências humanas e sociais (demografia, sociologia, antropologia...), os quais se refletiram na emergência de novos temas





e problemáticas de estudo.

Foram igualmente decisivos a democratização da sociedade portuguesa na sequência da Revolução de Abril de 1974, bem como alterações nas condições de acesso ao ensino superior, em especial, o forte ingresso feminino a partir dos finais da década de 1960, sobretudo em cursos das áreas das ciências humanas e sociais. (GUINOTE, 2003, p. 179-185.) Segundo estatísticas da educação analisadas por Paulo Guinote, a percentagem de mulheres nos cursos de letras das várias universidades públicas nacionais, nos anos letivos de 1969-70 e de 1979-80 era, respetivamente, de 78,5% e de 70,6%, abrangendo este último valor também as áreas de ciências humanas e sociais. (GUINOTE, 2003, p. 180-181.) Trata-se de conclusões que vão ao encontro do pensamento de António Barreto, para quem a “feminização das universidades” foi uma das características “mais curiosas e radicais” da sociedade portuguesa a partir dos anos sessenta. (BARRETO, 1996, p. 21.)

Também se registam modificações na docência universitária, embora não tão significativas: a percentagem de professoras em estabelecimentos de ensino de ensino superior das áreas de Letras e das Ciências Humanas, no ano de 1974-1975, era de 32,8%, alcançando o patamar de 46,7%, na área das Letras, no ano de 1989-1990. (GUINOTE, 2003, p. 196; 198.) No caso do grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a percentagem de historiadoras oscilou à volta de 37-40%, entre os anos letivos de 1980-81 e 1984-85. (VAQUINHAS, 2005, p. 156.)

O ingresso de mulheres aos cursos de humanidades, sobretudo em História, como discentes e docentes, afigura-se ter sido decisivo para o aumento da produção científica sobre a história das mulheres e para a própria acreditação dessa área de estudos, não só pelo facto de serem as mulheres as principais produtoras dessa área temática, a qual implica, de um modo consciente ou inconsciente, explícito ou negado, alguma cumplicidade entre o objeto de pesquisa e o sujeito





investigador, mas também por constituir um fator de pressão na produção historiográfica, incentivando pesquisas, a procura de novas tipologias de fontes ou a revisitação das tradicionais, assim como a abertura a problemáticas pouco ou nada exploradas.

Contribuiu, por conseguinte, a médio prazo, para a consolidação dos estudos de história das mulheres no ensino superior e o seu reconhecimento como área específica do saber. (VAQUINHAS, 2015.) Como bem explicita Fabrice Virgili, a “[...] chegada das mulheres à disciplina faz também parte da história da história das mulheres”. (VIRGILI, 2002, p. 7.)

Após um período de uma certa “tolerância silenciosa” nos meios académicos, senão mesmo de alguma resistência a leituras sexuadas dos fenómenos históricos, a institucionalização só se concretizaria na década de 1990, encontrando os temas ou matérias da história das mulheres guardada no âmbito dos *curricula* de alguns cursos, sobretudo em disciplinas de opção, seminários de mestrado e cursos de curta duração, processo que foi acompanhado pela criação de revistas da área (caso, entre outras, das revistas *Faces de Eva. Estudos sobre as Mulheres*, e *Exaequo*, ambas fundadas em 1999) ou de números temáticos em alguns periódicos. As etapas desse percurso até ao fim do século vinte já foram definidas, caracterizadas e balizadas. (VAQUINHAS, 1993; 2000; 2002; COVA, 1998; 1999; 2001.)

É ainda no decurso dos anos noventa, no momento em que “[...] os estudos sobre as mulheres reivindicam o seu lugar nas universidades portuguesas”, que o conceito de género entra no discurso das ciências humanas e sociais, (AMÂNCIO; OLIVEIRA, 2014, p. 28; 24.) ingressando na disciplina histórica pela mão de investigadores das ciências da educação, em estreita articulação com perspetivas feministas, na análise de temas da história contemporânea e do tempo presente.

Internacionalmente estava ao rubro, em particular nos Estados





Unidos da América, a controvérsia entre *gender studies* e *womens's studies*, considerando-se os primeiros “[...] mais generalistas por incluírem o estudo dos homens e de grupos homossexuais, dos dois sexos, e mais teóricos por não estarem tão conotados ao militantismo político”. (BOXER, 2001, p. 226-229.) Já os *women's studies* eram tidos como “retrógrados”, por criarem *guettos* no saber científico, tendo, porém, a vantagem de serem mais empíricos e objetivos, centrando-se exclusivamente nas mulheres.

Em rigor, o conceito de género identifica a masculinidade ou a feminilidade, convencionadas socialmente, por oposição ao termo sexo que é usado para designar as diferenças biológicas e fisiológicas entre homens e mulheres, ou seja, o primeiro é um dado cultural, o segundo um dado biológico. Polémica à parte, a introdução do conceito de género na historiografia portuguesa impulsionou a história das mulheres, alargando o seu espectro, fazendo avançar novas linhas de pesquisa e obrigando a reavaliar “as grandes questões da história”.

Partindo-se do pressuposto de que a diferença de sexos não é um fenómeno natural, mas uma construção cultural e histórica, questionavam-se as diferenças sexuais, a articulação entre as representações e as práticas sociais bem como os acontecimentos e os fenómenos históricos.

A partir do início do século XXI, o encontro dos estudos de género com pressupostos desconstrutivistas da teoria *queer* abriu novos campos de investigação na historiografia portuguesa,³¹ sobre-

31 Segundo a teoria *queer* a orientação sexual e a identidade sexual ou de género dos indivíduos são o resultado de uma construção social, não havendo, por conseguinte, papéis sexuais biologicamente inscritos na natureza humana, antes formas socialmente variáveis de desempenhar um ou vários papéis sexuais. Estão mais próximos dos movimentos gay e lésbicos. Para uma análise conceptual da teoria *queer*, em particular, o “modo en que se constiruyen las identidades y cómo se reproducen”, veja-se, entre outros, MARTINEZ, 2015.





tudo no estudo da masculinidade, do desejo, do corpo e da sexualidade. Já o cruzamento da história das mulheres e do gênero com a história cultural, em especial com os estudos literários, trouxe para o centro do debate a importância da inter e da multidisciplinaridade e a preocupação com a narrativa histórica. (LEITE, 2015.) Esta última está muito presente em estudos que questionam a relação feminina com a leitura, a edição de textos e os respectivos circuitos de distribuição e de venda, (ANASTÁCIO, 2012.) problemática que Isabel Lousada identifica como “a rota das letras”. (LOUSADA, 2012, p. 60.)

O grande desenvolvimento da nova história cultural tem-se centrado, sobretudo, na problemática da circulação, divulgação e cruzamento de saberes entre Portugal e o Brasil desde o século XIX, e está na base de investigações sobre a participação feminina, dos dois lados do Atlântico, nas letras e na instrução de oitocentos, percursos de sociabilidades, patrocinadores da atividade literária e principais vetores políticos e ideológicos dos escritos femininos.³² (CUNHA, 2014; COMANDULLI, 2014; DINIZ 2015.)

O diálogo entre países, nesta área de estudos, não se circunscreve ao Brasil e inclui também Espanha, como nos elucidam os estudos de Vanda Anastácio ou os objetivos editoriais da *Revista de Escritoras Ibéricas*, periódico editado conjuntamente pela Universidad Nacional de Educación a Distancia, de Madrid, e Universidade de Lisboa. (EZAMA GIL, 2013; ANASTÁCIO, 2012.)

Esse diálogo beneficia também de uma modificação registada nos últimos anos na historiografia, não exclusiva desta área de estudos:³³ a internacionalização das perspectivas de análise, a inclusão

32 Um grande apoiante da atividade literária feminina, tanto em Portugal como no Brasil, foi o poeta António Feliciano de Castilho. Temática também comum nos estudos que conciliam investigações nos dois países é a instrução feminina, entendida como como um meio para se alcançar a autonomia feminina.

33 O alargamento das perspectivas de análise beneficiou de um





de estudos nacionais em contextos transnacionais e a aposta numa história comparada das mulheres.

A historiadora Anne Cova tem sido uma grande dinamizadora das abordagens comparativas, tanto no que respeita à problematização das fontes, metodologias, categorizações, questões teóricas, entre outros aspetos, como no estudo de temáticas específicas como os movimentos de mulheres e a pluralidade dos feminismos nos séculos XIX e XX nos países da Europa do Sul e no Brasil ou na reflexão do papel feminino nas origens dos estados providência, entre outros. (COVA, 2008, p. 13-28.)³⁴

A partir o início do século XXI até aos dias de hoje, a história das mulheres e do género não deixou de se desenvolver e de se ampliar, tanto nos meios académicos como fora deles, tendo-se esbatido as fronteiras de género na escolha de matérias classificadas como história das mulheres, já que muitos homens escrevem sobre o assunto.

Adquiriu também grande visibilidade junto da opinião pública. Neste momento constitui uma área de estudos com os seus historiadores, redes temáticas, cursos, disciplinas no âmbito de cursos interdisciplinares e de história, tanto ao nível da licenciatura, como de segundos e terceiros ciclos, áreas de doutoramentos ou de mestrados, revistas, associações, centros de documentação³⁵ e bases de

conjunto de factores: exigências científicas; o aprofundamento do contacto de investigadores nacionais com instituições e colegas internacionais; o aumento de estudantes / investigadores estrangeiros em Portugal ou de nacionais no estrangeiro; a inclusão de peritos estrangeiros em painéis de avaliação (tanto da FCT como da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, vulgo A3es).

34 Como afirma Karen Offen, “[...] os feminismos europeus são todos primos”, Recensão crítica à obra de Karen Offen, *Europeam Feminisms* (OFFEN, 2003, p. 285.)

35 É o caso, entre outras, da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, criada em 1991 (<http://apem-estudos.org/pt/>)





dados,³⁶ diplomados, em particular mestres e doutores, projetos de investigação e linhas específicas de financiamento concedidas pela FCT,³⁷ colóquios e seminários, prêmios,³⁸ exposições, dissertações de mestrado e teses de doutoramento, parcerias em coedições, beneficiando também de amparo internacional, sobretudo no âmbito da União Europeia.

O balanço feito por Teresa Pinto, em 2008, das iniciativas realizadas neste campo, salienta precisamente a dinamização proporcionada por convenções internacionais e recomendações da União Europeia e do Conselho da Europa, em particular, no que respeita a mecanismos nacionais para a igualdade. (PINTO, 2008, p. 39-55.) De acordo com as palavras desta investigadora, a integração europeia tem influenciado a história das mulheres feita em Portugal, ao page/o-que-somos). Quanto a centros de documentação, refira-se, entre outros, o Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães – UMAR.

36 A Base de Dados em Estudos sobre as Mulheres, de Gênero e Feministas (BDEsM) foi um projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PIHM/CPO/63639/2005), inicialmente desenvolvido por Patrícia Brito Mendes sob coordenação científica de Teresa Joaquim, tendo sido gizado no âmbito do Grupo de Investigação *Estudos sobre as Mulheres – Gênero, Sociedade e Cultura* do CEMRI/UAb e em articulação com os serviços de documentação da Universidade Aberta (http://www.univ-ab.pt/cemri_esm/)

37 Entre outros exemplos que poderemos referir, no ano de 1999, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência e do Ensino Superior) abriu concursos no Domínio das *Relações Sociais de Género e das Políticas para a Igualdade entre Homens e Mulheres em Portugal*.

38 Como esclarece Teresa Pinto, “Em 1990, as Organizações Não Governamentais de Mulheres do Conselho Consultivo da CIDM (ex CCF) instituíram três prêmios, um dos quais, intitulado Carolina Michaëlis de Vasconcelos, destinado a estimular trabalhos de investigação em estudos sobre as mulheres”. (PINTO, 2008, p. 41.)





inseri-la nas agendas políticas de instituições públicas com responsabilidades na implementação de políticas para a igualdade, embora o assunto ainda não tenha sido alvo de investigação específica.

Principais vetores das pesquisas

Nos anos 1990, quando foi efetuado um levantamento sobre a produção científica nesta área de estudos, as grandes temáticas eram os seguintes: a mulher e a família; a condição social da mulher; a mulher e o trabalho; a mulher e a educação e a mulher e os movimentos sociais. (VAQUINHAS, 2000, p. 172.) Nos dias de hoje, mantém-se o interesse por essas problemáticas, algumas das quais com novos desenvolvimentos, como é o caso da ideologia da domesticidade ou a política feminina do Estado Novo. (PIMENTEL, 2011.)³⁹ Porém, o dado mais significativo é a ampliação do leque temático para novas abordagens: as mulheres no sistema colonial; práticas, exercícios profissionais e contributos femininos para a construção histórica e epistemológica de saberes disciplinares; evolução histórica da cidadania feminina desde o liberalismo oitocentista à consolidação dos direitos de cidadania nos diferentes países membros da União Europeia; identidades sexuais; os antifeminismos, entre outros.

Na impossibilidade de cobrir toda a produção historiográfica portuguesa desde o início do século XXI, seleciono apenas algumas linhas de investigação, começando pelo associativismo e mobilização feminina, temática já com tradição historiográfica, em Portugal, e que tem sabido incorporar os contributos de outras disciplinas como a sociologia e a economia política.

39 Matérias exploradas tanto no âmbito do vol. 3 da *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, (dir. José Mattoso; coord. Irene Vaquinhas. Lisboa: Círculo de Leitores.) como em obras específicas consagradas a essas matérias. (PIMENTEL, 2011.)





Associativismo e mobilização feminina

As pesquisas sobre este tema privilegiam duas vertentes: uma centrada em movimentos organizados, sobretudo feministas, com o objetivo de obtenção da cidadania e conquista de direitos cívicos e políticos; uma outra focada em manifestações informais e que se expressam sob diferentes formas de intervenção e de mobilização. No primeiro caso, a análise dos movimentos feministas tanto da primeira vaga (na transição do século XIX para o século XX e no decurso da 1ª República) como da segunda vaga (anos 1970 e 1980) tem sido uma temática muito desenvolvida e ponto de partida para pesquisas sobre a história das mulheres, como é o caso de biografias ou de estudos sobre a evolução histórica da cidadania portuguesa.

A história dos movimentos feministas da I República (1910-1926), suas conquistas, expectativas e derrotas tem-se imposto como um campo muito dinâmico de pesquisa, pontificando nesta área os estudos de Zília Osório de Castro e dos seus colaboradores da revista *Faces de Eva. Estudos da Mulher*, da Universidade Nova de Lisboa. (CASTRO; ESTEVES; MONTEIRO, 2011.) em particular João Esteves. (ESTEVES, 2014.)

O ciclo comemorativo do centenário da implantação da República, em 2010, suscitou uma reflexão aprofundada sobre as várias formas de expressão pública das vozes femininas, seu empenhamento cívico e tomada de consciência como grupo, tendo contribuído para “dar centralidade às mulheres no processo da I República”. (PINTO, 2010, p. 12-13.) A sua atuação como grupo não se restringiu, no entanto, a formas de militantismo progressista, de base republicana, participação na maçonaria ou em associações para-maçónicas, (VENTURA, 2016.) tendo também incidido em manifestações da contraofensiva antirrepublicana protagonizadas por mulheres católicas e monárquicas, em particular no quadro da I Grande Guerra.





(MOURA, 2011, p. 145-178; STONE, 2011.) Tratou-se, pois, de uma ocasião ímpar para a construção de um conhecimento alargado em torno do eixo “mulheres e república”. Os quotidianos, os projetos de transformação da sociedade, as influências internacionais, as formas de participação na I Grande Guerra, a laicização e as leituras femininas, histórias de vida ou a caracterização política e ideológica do pensamento de autoras, republicanas ou de outras filiações partidárias, têm sido vetores de pesquisas, com reflexos na publicação de obras, artigos, entradas de dicionários (caso do *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*), entre outros. (MOACHO, 2003; SAMARA, 2007; MARIANO, 2011; LOUSADA, 2011, 2013; ARMADA, 2011; COVA, 2015.)

A evolução de associações femininas e / ou feministas após a República, principais protagonistas, sua caracterização tipológica, áreas de investimento, afinidades e diferenças relativamente a organizações similares (nacionais ou estrangeiras) tem proporcionado estudos de fôlego. É o caso, entre outros, da dissertação de mestrado de Célia Costa sobre o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, (COSTA, 2007.) organização criada em 1914 com propósitos internacionalistas e que se manteve até ao ano de 1944 quando foi proibida pelo Estado Novo, ou dos estudos de Manuela Tavares sobre a reconfiguração dos feminismos em Portugal a partir dos anos 1940 e, mais especificamente, sobre os feminismos de segunda vaga (liberais, socialistas/marxistas e radicais). (TAVARES, 2008; 2000.) Enquadra-se também nesta linha de trabalhos, os estudos sobre os vários campos de intervenção da escritora, jornalista e membro da oposição política ao Estado Novo, Maria Lamas (1893-1983). (PRATES, 2010.) Partindo-se do princípio de que, como afirma Anne Cova, “Os feminismos precisam de uma memória histórica. Construir essa memória é um desafio político e historiográfico”, (SALES, 2014, p. 5.) tem-se investido na preservação da memória dos ativismos feministas através da recolha de testemunhos, entrevistas e histórias de vida.





Já os estudos sobre o antifeminismo têm privilegiado a abordagem do riso e da sátira na imprensa periódica da transição do século XIX para o século XX. Configurando-se o cómico como uma forma de violência simbólica, na expressão de Pierre Bourdieu, Gabriela Marques mostra-nos como através dos discursos satíricos ou das palavras espirituosas se constroem os papéis de género e se transmitem representações que visam a manutenção do *status quo*, ou seja, a inferioridade feminina. (MARQUES, 2013; 2014; VICENTE, 2009.)

Quanto a outras formas de mobilização feminina, destacam-se os estudos de Virgínia Baptista sobre a participação feminina no movimento associativo mutualista. As necessidades e os interesses das mulheres trabalhadoras bem como a pobreza feminina constituíram um eixo estratégico desse movimento, o que permitiu analisar as políticas sociais, sobretudo de âmbito materno-infantil, desde o final da monarquia ao Estado Novo. (BAPTISTA 2012; 2012a; 2016.) As associações católicas têm sido um outro vetor de pesquisa. O desenvolvimento do catolicismo no decurso do século XX e, muito em especial, a renovação da noção de apostolado, após o termo da I República, conferiu às mulheres novas responsabilidades, tanto na esfera cívica, como da vida cultural e social, com impacto na criação de organizações femininas. A reconstituição desse movimento tem sido uma aposta de vários autores, quer sobre a *Obra de Protecção às Raparigas*, instituição direcionada para as criadas de servir, (SOUSA, 2006.) quer sobre a União Noelista, (FONTES, 2009.) entre outras.

De igual modo se tem procurado desvendar a singularidade do pensamento de algumas militantes católicas, como é o caso de Maria de Lourdes Pintasilgo, a primeira mulher a desempenhar funções de primeira ministra em Portugal (de Julho de 1979 a Janeiro de 1980), seja na evocação da sua ação na Juventude Universitária Católica Feminina e no modo de fazer dialogar cristianismo e modernidade, (AMARAL, 2009.) seja na forma como encarou o papel das mulheres na sociedade e na cultura do século XX. (MARIA COUTI-





NHO, 2012.)

As modalidades de resistência ao Estado Novo, seja no âmbito da clandestinidade de partidos políticos da oposição, seja nas lutas populares contra o regime salazarista também tem suscitado alguns estudos. (BARRADAS, 2004; FREITAS, 2012.) Relacionada com este grande vetor de pesquisas, é a questão da cidadania, tema com um peso cada vez maior na historiografia portuguesa, tendo-se, nos últimos anos, consolidado uma profícua linha de investigação em torno da cidadania e gênero.⁴⁰ De uma forma geral, os estudos disponíveis centram-se na análise do processo histórico da cidadania, vinculando-o com as transformações da sociedade burguesa e as exigências feministas, bem como na sua posterior universalização em articulação com o aprofundamento da democracia. (LOPES, 2007.) Bastante inovadora foi a linha de pesquisa iniciada por Diego Palacios Cerezales a partir das petições coletivas assinadas por mulheres e dirigidas aos poderes executivos, municipais e distritais, durante a segunda metade do século XIX, sobretudo num momento de afirmação do sistema liberal. Sendo um direito consagrado constitucionalmente, a petição era considerada numa “forma de fazer política” e de intervir nos assuntos públicos, incidindo o estudo em algumas das suas expressões coletivas formais e principais reivindicações femininas. (PALACIOS CEREZALES, 2012.)⁴¹

40 Tanto no que respeita à história do género e da teoria feminista como das histórias política e social, da filosofia do direito ou da sociologia.

41 Entre as principais reivindicações presentes em petições assinadas por mulheres contam-se os seguintes assuntos: contra os impostos (1856); contra a introdução dos padres lazaristas e as irmãs de caridade francesas (1858); a favor do mesmo motivo e reforço de hospícios (Associação de N^o Senhora Consoladora dos Aflitos presidida pela Condessa de Rio Maior, 1857); contra o projeto de matrimónio civil (protesto das senhoras, 1860).





Práticas, exercícios profissionais e contributos femininos para a construção histórica e epistemológica de saberes disciplinares

Nos últimos anos têm assumido um peso significativo os estudos que visam dar visibilidade ao contributo feminino na formalização e na institucionalização de campos disciplinares tanto das áreas das ciências humanas e sociais como das ciências exatas. Abarcando um “perímetro científico” muito alargado que vai desde a geografia à matemática, passando pela engenharia ou pela arqueologia, entre outros, os estudos procuram recuperar não apenas as “pioneiras” mas também as modalidades de inserção ou as lógicas da inclusão ou de exclusão das mulheres nos espaços académicos das várias áreas do saber e avançar no conhecimento das suas formas de produção científica. (NUNES, 2008.)

As pesquisas têm feito sair do anonimato numerosas figuras que nos eram desconhecidas, como sejam as primeiras geógrafas, (FERREIRA, 2011.) as engenheiras, (COUTINHO, 2012.) as estudantes ou as matemáticas licenciadas pela Universidade de Coimbra, (NUNES, 2015.) entre outros. A esse esforço de resgate convém associar o trabalho desenvolvido pela Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas (AMONET) que está a proceder ao mapeamento das cientistas portuguesas.

Igualmente se tem prestado atenção à entrada das mulheres no mercado de trabalho, seja nas profissões tradicionalmente feminizadas, como o serviço doméstico, em particular como criadas de servir, (BRASÃO, 2012.) a enfermagem (PIRES 2012a/b; RODRIGUES, 2013.) e a docência, (MOGARRO, 2010.) seja em sectores considerados masculinos, obrigando, em alguns casos, a reinterpretar de imagens e representações simbólicas do passado. Relativamente ao último caso, François Paymal analisou o processo de integração



das mulheres na Escola Superior de Polícia, quer como alunas quer como agentes da corporação policial, especificando ainda os valores, as modalidades e as resistências à sua entrada. (PAYMAL, 2012.) Por seu turno, Isabel Ventura deteve-se na emergência das primeiras repórteres, nos anos 1960 e 1970, e na receção ao seu ingresso nas redações dos jornais e dos *media*, em geral. (VENTURA, 2007.)

O acesso das mulheres à instrução, as oportunidades profissionais e os condicionalismos sociais ao ingresso no mercado de trabalho têm sido uma via explorada. É o caso, entre outros, de estudos sobre a formação profissional das mulheres no ensino industrial público ou sobre formas informais de aprendizagem do ensino artístico em *ateliers* de arte e/ou galerias de artistas do Porto nos finais do século XIX. (ASSUNÇÃO, 2015.) Aliás, a atividade artística feminina, sobretudo a partir de meados do século XIX, tem-se revelado uma temática muito promissora, sendo de destacar os estudos de Sandra Leandro e de Filipa Vicente, sobre a participação feminina no campo das artes plásticas, (LEANDRO, 2011; VICENTE, 2013; 2015.) ou sobre algumas fotógrafas, como Margarida Relvas. (FONSECA, 2015.) A definição do estatuto da mulher artista, os pressupostos ideológicos da sua exclusão da história da arte, a sua associação com as “artes menores” e o estudo biográfico de algumas artistas que se impuseram no panorama artístico e cultural português são alguns dos vetores explorados.

Outras linhas de pesquisa

A história do corpo e da sexualidade (masculina e feminina) têm sido objeto de algumas pesquisas, sobretudo no que respeita à construção das identidades sexuais, aos discursos médicos e disciplinadores e às questões da violência e da prostituição.

Se Paulo Guinote tem interrogado a masculinidade no sécu-





lo XIX e início do século XX, seus valores e atributos, (GUINOTE, 2011.) já Ana Maria Brandão, entre outros, problematiza, no mesmo período cronológico, as representações dominantes da feminilidade, em especial o homoerotismo feminino, no momento em que emerge a sexologia em Portugal. (BRANDÃO, 2010.) A relação da mulher com a violência, em particular como vítima, tem sido um tema desenvolvido no quadro de estudos mais alargados sobre a criminalidade e os comportamentos desviantes, a exemplo dos estudos desenvolvidos por Susana Serpa Silva e Rita Garnel. (SILVA, 2014; GARNEL, 2002; 2003.)

A reconstituição dos quadros da prostituição tolerada (jurídicos, administrativos, sociológicos, perfis-tipos), a análise dos discursos normativos sobre o assunto, com destaque para o elaborado pelos médicos ou a relação da prostituição com as doenças sexualmente transmissíveis são alguns vetores da pesquisa que continua, no entanto, a ser lateralizada na investigação histórica. (BARBOSA, 2011; ALVES, 2009; ESTEVES, 2014.) Pontualmente, alguns estudos abordam percursos de vida de prostitutas. (DINIS; ARAÚJO, 2015.)

A última linha temática a salientar nesta breve resenha tem por tema central o papel desempenhado pelas mulheres quer no sistema colonial português da 1ª metade do século XX quer na diáspora de Portugueses pelo mundo. (AGUIAR; GUEDES, 2012.)⁴² No primeiro caso, o tema tem suscitado trabalhos historiográficos que incidem nos mecanismos ideológicos que estruturaram a consciência colonial de mulheres portuguesas e no contributo das elites femininas para a difusão da “mística imperial” (PINHO, 2002; SANTO, 2013; 2015.) e, ainda, no fenómeno político-militar das madrinhas de guerra, mobilização feita no quadro do Movimento Nacional Fe-

42 Outras linhas de pesquisa não abordadas nesta breve resenha são as seguintes: as questões educativas; a imprensa feminina e feminista; as solidariedades femininas; as alegorias femininas. (AGUIAR; GUEDES, 2012.)





minino, organização criada no quadro do regime político e destinada a apoiar os soldados enviados para a guerra colonial (1961-1974) e respetivas famílias. (MARTINS, 2011.)

Já quanto ao fenómeno migratório feminino, as perspetivas de análise têm privilegiado o período da grande leva da emigração europeia, nos anos 1960-1970, as suas diferenças relativamente à emigração masculina, já que esta é feita, em grande parte, ao abrigo do reagrupamento familiar, bem como as modalidades de integração nos países de acolhimento, entre outros aspetos. (RODRIGUES, 2017.)

Impactos e usos políticos da história das mulheres e do gênero

O reconhecimento público da importância das mulheres na história traduziu-se, entre outros aspetos, na sua incorporação na narrativa simbólica dos espaços públicos urbanos, seja pela renomeação de ruas, atribuindo-se-lhes nomes femininos, seja pela elaboração de guias com percursos ligados a atividades ou a personalidades femininas, sendo de destacar, neste âmbito o mapeamento da “toponímia no feminino” das cidades portuguesas, empreendida pela *Revista Faces de Eva*. Destacam-se também atividades de teor comemoracionista, em grande parte por iniciativa de forças políticas, o que coloca a questão do risco de manipulação da memória em benefício do poder, no tempo presente.

Desde os anos 1990 que a história das mulheres e do género influenciou a museologia, fazendo desenvolver o conceito de “museologia de género”, sendo em número significativo, à escala mundial, os museus monográficos dedicados a temáticas femininas. Na sua maioria de carácter histórico, têm como principal missão a reescri-





ta da história do respetivo país, região ou estado, incorporando a dimensão de género, assim como dar visibilidade ao protagonismo feminino nos vários campos da atividade social e cultural. (VAQUINHAS, 2015.) Em Portugal não existem museus das mulheres e/ou do género bem como memoriais femininos: tão-só têm sido feitas exposições que incorporam essa dimensão. Porém, as museólogas portuguesas estão cada vez mais atentas à introdução da categoria de género nas exposições ou na função museológica de comunicação em espaço museal, como é o caso de Aida Rechena que foi uma pioneira pelas ações desenvolvidas no Museu Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco. (RECHENA, 2013.) A difusão deste referencial teórico tem funcionado como elemento de ligação a outras áreas do conhecimento como é o caso da musicologia, área emergente na qual pontificam os estudos de Luísa Cymbron sobre os acervos da prática musical doméstica oitocentista. (CYMBRON, 2009.)



Em conclusão



“Para que serve a história?” – à interrogação colocada na sua lição inaugural no Collège de France em 17 de Dezembro de 2015, o historiador Patrick Boucheron respondeu da seguinte forma “[...] a história nem sequer merece uma hora da nossa atenção se esta não tem como objetivo emancipar a humanidade”. (BOUCHERON, 2016, p. 18.) *Mutatis mutantis* para que serve a história das mulheres em Portugal? O conteúdo político e os propósitos ideológicos de muitos dos trabalhos realizados nesta área são claros: resgatar memórias, dar visibilidade à participação das mulheres na vida económica, social, política e cultural, no fundo, integrá-la no espaço público, com vista a ultrapassar discriminações de género e a contribuir para uma sociedade mais justa e democrática, ou seja, estamos perante o que se pode chamar uma memória cidadã.





As finalidades referidas não deixam, contudo, de terem alguns efeitos perversos. Deixam na sombra vertentes significativas da história/memória femininas e que precisam de ser estudadas, como é o caso das funções das mulheres na vida privada como mãe, filha, irmã, avó; as questões geracionais; o papel das mulheres como prestadora de serviços no quadro familiar ou os avanços do conceito de maternidade em articulação com o discurso médico, a puericultura e os projetos reformadores da sociedade. Igualmente pouco ou nada se sabe sobre o ensino não oficial feminino, as chamadas “mestras” particulares, ou sobre as mulheres nos setores da pesca, em particular como armadoras, entre outras matérias. Podemos, por isso, perguntar se não estamos também a assistir, nos dias de hoje, a um incontestável e irrevogável processo de esquecimento ou, pelo menos, de retração de certas formas de memória...

Creio, no entanto, que o nosso presente democrático fará avançar o conhecimento nestes e outros campos, seja por questões de legitimidade, seja pela necessidade de enraizamento histórico de realidades centenárias, seja pela própria evolução do saber histórico. Não é por acaso que a entrada da história das mulheres e do género na historiografia é considerado como uma das mutações mais profundas da historiografia ocidental desde os anos 1950... Sem dúvida que o continuará a ser.

Referências Bibliográficas

BOUCHERON, Patrick. À quoi sert l’histoire? Rencontre avec Patrick Boucheron. **Sciences Humaines**, n. 279, Mars. 2016.

AGUADO, Ana. Historia del género y ciudadanía en la sociedad española contemporánea. **AYER**, n. 49, p. 293-304, 2003.

AGUIAR, Maria Manuela; GUEDES, Maria da Graça Sousa. (Orgs.). **Encontro Mundial de Mulheres Portuguesas na Diáspora** – de 24





a 26 Novembro 2011, Fórum da Maia. Espinho: Mulher Migrante: Cooperativa Gráfica de Espinho, 2012.

ALVES, Ana Maria da Rocha Pereira Cardoso. **Percursos de vida:** a prostituição no Porto na década de 60/70. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2009. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13228/2/tesemestpercursosevida000070504.pdf>>.

ALVES, Luís Alberto Marques. Primeira República: Espaço para a mulher no ensino técnico em Portugal. **Em Tempo de Histórias**, n. 25, Ago-Dez 2015.

AMÂNCIO, Lígia; OLIVEIRA, João Manuel de. Ambivalências e desenvolvimentos dos estudos de género em Portugal. **Faces de Eva**, n. 32, 2014.

AMARAL, Ana Filomena Leite. **Maria de Lourdes Pintasilgo:** Os anos da Juventude Universitária Católica (1952-1956). Coimbra: Almedina, 2009.

ANASTÁCIO, Vanda. Almanques. Origem, géneros, produção feminina. **Veredas**, Santiago de Compostela, n. 18, 2012. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34502/1/Veredas18_artigo3.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em: 10 Jan. 2017.

ARMADA, Fina d. **Republicanas quase desconhecidas:** mulheres republicanas de trinta e três concelhos. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

ASSUNÇÃO, Maria Manuela Simões Baptista. **Os pintores e os públicos:** Naturalismo, Tardo-naturalismo do final do século XIX (1880) à 1ª República (1910). 2015. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2015.

BAPTISTA, Virgínia. A participação feminina no movimento mutualista – do final da monarquia ao Estado Novo. **Ler História**, n. 62, p. 31-51, 2012.

BAPTISTA, Virgínia. A Assistência Materno-Infantil em Portugal e os Direitos das Mães Trabalhadoras (1880-1943)”. **Associação Por-**





tuguesa de História Económica e Social, 2012a. Disponível em: <http://aphes32.cehc.iscte-iul.pt/docs/s27_1_pap.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2016.

BAPTISTA, Virgínia. **Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal 1880-1943**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

BARBOSA, Susana Alexandra da. **As toleradas de Penafiel (1915-1933): Do invisível ao visível – de meretriz a tolerada**. 2011. Dissertação (Mestrado) – FLUP, Universidade do Porto, Porto, 2011.

BARD, Christine. “Les usages politiques de l’histoire des femmes”, “Les usages politiques de l’histoire des femmes”, <http://www.archivesdulfeminisme.fr/ressources-en-ligne/articles-et-comptes-rendus/articles-historiques/bard-c-les-usages-politiques-de-lhistoire-des-femmes/2003>

BARRADAS, Ana. **As clandestinas**. Lisboa: Ela por Ela, 2004.

BARRETO, António. **A situação social em Portugal**. Matosinhos: Câmara Municipal, 1996.

BOXER, Marilyn J. Les women’s studies aux États-Unis: trente ans de succès et de contestation, **Clio. Histoire, Femmes et Sociétés**, n. 13, p. 211-238, 2001.

BRANDÃO, Ana Maria. Da sodomita à lésbica: o género nas representações do homo-erotismo feminino. **Análise Social**, v. XLV, n. 195, p. 307-327, 2010. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10694/3/Da_sodomita_à_lésbica.pdf>.

BRASÃO, Inês. **O tempo das criadas**:. A condição servil em Portugal (1940-1970). Lisboa, Tinta da China, 2012.

CASTRO, Zília Osório de; ESTEVES, João; MONTEIRO, Natividade. (Coord.). **Mulheres na I República**: Percursos, conquistas e derrotas. Lisboa: Colibri, 2011.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.





CATROGA, Fernando. Prefácio. In: CASTRO, Zília Osório de; ESTEVES, João; MONTEIRO, Natividade. (Coord.). **Mulheres na I República**: Percursos, conquistas e derrotas. Lisboa: Colibri, 2011. p. 9-12.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Orgs.) **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. da UFGD, 2015.

COMANDULLI, Ana Cristina. Maria Peregrina de Sousa (1809-1894). **Convergência Lusíada**, n. 32, p. 208-211, Jul.-Dez. 2014. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/pdf/3222.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

COSTA, Célia Rosa Baptista. **O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)** – Uma organização Feminista. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Aberta, Lisboa, 2007. 3 v.

COUTINHO, Júlia. Mulheres pioneiras em engenharia. **Faces de Eva**, n. 27, p. 51-67, 2012.

COUTINHO, Maria António. As mulheres no pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo. **Faces de Eva**, n. 27, p. 9-25, 2012.

COVA, Anne. L'enseignement de l'histoire des femmes dans la Péninsule Ibérique. **L'histoire sans les femmes est-elle possible?** Colloque organisé par Anne-Marie Sohn et Françoise Thélamon, Rouen 27-29 Nov. 1997, Paris, Perrin, p. 313-323, 1998.

COVA, Anne. Balanço historiográfico da história das mulheres: o século XX. In: ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas; COVA, Anne. (Orgs.). **Mulheres, História e Sociedades**: Linhas de investigação nos finais do século XX. Lisboa: Universidade Aberta, 2001. p. 107-117.

COVA, Anne. As mulheres foram ativistas na guerra, depois voltaram ao lar. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira. (Org.). **Portugal e a Grande Guerra**: Contextos e protagonistas. Lisboa: Edições 70, 2015. p. 95-102.

COVA, Anne. (Dir.). **História comparada das mulheres**: Novas abordagens. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

COVA, Anne. Género e história das mulheres. In: *Félix Neto, Teresa Joaquim, Rui Soares, Teresa Pinto*. (Orgs.) **Igualdade de oportuni-**





des – Género e educação, Actas do Seminário Europeu II, Lisboa, 10 e 11 de Outubro 1997. Lisboa: Universidade Aberta, CRMRI, 1999a. p. 54-55.

COVA, Anne. Escrever a história das mulheres, separata de **Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais** (6 a 11 de Julho de 1998), Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1999b. p. 117-129. v. 4.

CUNHA, Ana Cristina Comandulli da. **Presença de A. F. De Castilho nas letras oitocentistas portuguesas: sociabilidades e difusão da escrita feminina**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

CYMBRON, Luísa. Algumas *modinhas de bom gosto e duetos italianos para meninas*: a música e a educação de uma família micaelense do início do século XIX. **Arquipélago – História**. Revista da Universidade dos Açores, 2 série, v. XIII, p. 87-118, 2009.

DINIS, Cidália; ARAÚJO, Francisco Miguel. Henriqueta Emília da Conceição: dualidades históricas e literárias de uma meretriz (1845-1874). **CEM Cultura, Espaço e Memória**: Revista do CITCEM, v. 6, p. 109-124, 2015. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13665.pdf>>.

DINIZ, Aires Antunes. **Mariana Coelho**: Uma educadora feminista brasileira. Sabrosa: Câmara Municipal, 2015.

ESTEVES, Alexandra. Entre o sanitarismo e a assistência: o serviço de inspeção e tratamento de toleradas do Dispensário de Higiene Social de Lisboa nos inícios do século XX. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RIO. **Anais... XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio – Saberes e práticas científicas**, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400111397_ARQUIVO_artigoversaocortadaFINAL.pdf>.

ESTEVES, João. Produção, transmissão e reequadramento do conhecimento por via da história das mulheres: o caso da 1.^a República. **Ex aequo**, v. 30, p. 39-53, 2014. Recuperado em: 17 mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pi-





[d=S0874-55602014000200004&lng=pt&tlng=pt>](#).

EZAMA GIL, Ángeles. Ana de Castro Osório, una mujer que trespasó fronteras: sobre unos textos olvidados en la española Revista De la Raza. **UNED. REI**, n. 1, p. 101-128, 2013.

FERREIRA, Maria Júlia. Mulheres geógrafas na história da geografia moderna. In: TOMÉ, Irene; STONE, Maria Emília; SANTOS, Maria Teresa. **Olhares sobre as mulheres: Homenagem a Zília Osório de Castro**. Lisboa: Cesnova / FCSN – UNL, 2011. p. 291-303.

FONSECA, Cátia Salvado Fonseca. **Uma família de fotógrafos: Carlos e Margarida Relvas**. Lisboa: Chiado, 2015.

FONTES, Paulo. A União Noelista Portuguesa, um movimento católico de mulheres. **Faces de Eva**, n. 22, p. 105-123, 2009.

FREITAS, João Abel. As mulheres na revolta do leite (Madeira: 1936). **Islenha**, n. 50, p. 109-118, Jan.-Jun. 2012.

GARNEL, Maria Rita Lino. A loucura da prostituição. Separata **THEMIS**, Revista da Faculdade de Direito da UNL, Ano III, n. 5, p. 139-158, 2002.

GARNEL, Maria Rita Lino. Mulher e violência: das imagens e da realidade na Lisboa de 1912. **Faces de Eva**, n. 10, p. 73-95, 2003.

GUINOTE, Paulo J. A. A educação no feminino (1900-2000). Discursos, números e olhares. In: CASTRO, Zília Osório de. (Dir.). **Falar de mulheres: Da igualdade à paridade**. Lisboa: Horizonte, 2003. p. 153-226.

GUINOTE, Paulo J. A. As faces de Adão: a construção da masculinidade no Portugal contemporâneo. **Faces de Eva**, n. 26, p. 53-82, 2011.

LEANDRO, Sandra. Boa figura, má figura, sem figura: mulheres artistas no tempo da 1ª República. In: CASTRO, Zília Osório; ESTEVES, João; MONTEIRO, Natividade. (Coord.). **Mulheres na 1ª República: Percursos, conquistas e derrotas**. Lisboa: Colibri, p. 271-318, 2011.

LEITE, Eudes Fernando. História Cultural / (Nova) História Cultural. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Orgs.).





Dicionário Crítico de Gênero. Dourados: Ed. da UFGD, 2015. p. 323-328.

LOPES, Ana Maria Costa. A luta das mulheres oitocentistas por uma política de igualdade. In: _____. **Culturas da cidadania:** Conflitos epistemológicos. Lisboa: Ed. da Universidade Católica, 2007. p. 27-42.

LOUSADA, Isabel. Imprensa: amplificador da voz feminina. In: CASTRO, Zília Osório; ESTEVES, João; MONTEIRO, Natividade. (Coord.). **Mulheres na 1ª República:** Percursos, conquistas e derrotas. Lisboa: Colibri, 2011. p. 41-48.

LOUSADA, Isabel. Elos de progresso social e científico: contributo para a História das Mulheres Cientistas em Portugal. **Women, Science and Globalization:** What's up? Lisboa: Amonet, p. 57-85, 2012. Disponível em: <<http://run.unl.pt/bitstream/10362/8389/2/Amonet-Isabel%20Lousada%20p65.Pdf>>. Acesso em: 10 Maio 2014.

LOUSADA, Isabel. Geração de republicanas feministas: dos tempos da propaganda aos tempos da República. In: III ENCONTRO DE HISTÓRIA. **Actas...** 3.º Encontro de História do Alentejo Litoral, Sines, CCEN, p. 9-22, 2013. Disponível em: <<http://run.unl.pt/bitstream/10362/10682/1/3encHistoriaIsabeLousada.pdf>>. Acesso em: 10 Maio 2014.

MARIANO, Fátima. **As mulheres e a I República.** Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.

MARQUES, Maria Gabriela Mota. “**Demónios aperfeiçoados**”: Ideias e manifestações antifeministas na imprensa portuguesa (1895-1914). 2013. Tese (Doutorado) – FLUC, Coimbra, 2013.

MARQUES, Maria Gabriela Mota. “A maior humorista de todos os tempos. A sátira antifeminista na imprensa portuguesa 1885-1914”. **Faces de Eva**, n. 32, p. 93-113, 2014.

MARTINEZ, Ariel. Queer, Teoria. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero.** Dourados: Ed. UFGD, 2015. p. 560-564.

MARTINS, Fernando. Amor em tempo de guerra. As “madrinhas de





guerra” no contexto da guerra colonial portuguesa (1961-1974). **Historiae**, Rio Grande, v. 2, n. 2, p. 75-88, 2011.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. 2. ed. São Paulo: EDSC, 2011.

MOACHO, Dulce Baptista. **Ana de Castro Osório e as origens do feminismo em Portugal**. 2003. Dissertação (Mestrado) – ISCTE, Lisboa, 2003.

MOGARRO, Maria João. Ser professora em Portugal nos anos sessenta. Representações e discursos femininos na imprensa pedagógica. **Faces de Eva** – Estudos sobre a mulher, n. 24, p. 53-76, 2010.

MOURA, Maria Lúcia Brito. Resistências femininas ao laicismo republicano. In: CASTRO, Zília Osório de; ESTEVES, João; MONTEIRO, Natividade. (Coord.). **Mulheres na I República: Percursos, conquistas e derrotas**. Lisboa: Colibri, 2011. p. 145-178.

NUNES, João Luís da Costa. As primeiras mulheres assistentes e doutoradas na secção de Ciências Matemáticas da Universidade de Coimbra (1961 a 1986). **Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática**, n. 72, p. 53-74, Set. 2015.

NUNES, Maria de Fátima. Carolina Michaelis de Vasconcelos. Construção científica nas ciências humanas. In: _____. **Género, Diversidade e Cidadania**. Lisboa: Colibri/CIDEUS-UL, 2007. p. 65-74.

PALACIOS CERREZALES, Diego. “Assinem assinem, que a alma não tem sexo!”: Petição coletiva e cidadania feminina no Portugal constitucional (1820-1910). **Análise Social**, v. 47, n. 205, p. 740-765, 2012. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_205_a01.pdf>. Acesso em: 14 Set. 2016.

PAYMAL, Jean-Marie Denis. **La formation et l’intégration de la femme dans l’univers de la police urbaine portugaise: a Polícia de Segurança Pública**. 2012. Tese (Doutorado) – Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

PIMENTEL, Irene Flunser. **A cada um o seu lugar: A política feminina do Estado Novo**. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores,





2011.

PINHO, Maria Eugénia Alves de. **Na retaguarda da Guerra: O Movimento Nacional Feminino de S. João da Madeira (1963-1974)**. 2002. Dissertação (Mestrado) – FLUC, Coimbra, 2002.

PINTO, Maria Teresa Valente. **A formação profissional das mulheres no ensino industrial público (1884-1910)**. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Aberta, Lisboa, 2009.

PINTO, Teresa. Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1ª República – Um lugar de memória. In: _____. (Coord.). **Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1ª República**. Lisboa: Câmara Municipal, 2010. p. 9-13.

PINTO, Teresa; ALVAREZ, Teresa. Introdução. História, história das mulheres, história do género. Produção e transmissão do conhecimento histórico. **Exaequo**, Lisboa, n. 30, p. 9-21, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n30/n30a02.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

PIRES, Ana Maria Barros. A liga republicana das mulheres portuguesas e a enfermagem no século XX. Leituras na imprensa feminista. **Revista de Enfermagem**, III Série, n. 8, p. 171-178, Dez. 2012a. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ref/vserIIIIn8/serIIIIn8a18.pdf>>.

PIRES, Ana Maria Barros. **Ser enfermeira em Portugal: Da 1ª República à instauração do Estado Novo (1910-1933): leituras na imprensa generalista**. Lisboa: Instituto de Ciências da Saúde. 2012. Tese (Doutorado) – UCP, 2012b. Disponível em: <[http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12101/1/TESE%20FINAL%20%20WORD 17 Out 2012.pdf](http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12101/1/TESE%20FINAL%20%20WORD%2017%20Out%202012.pdf)>. Acesso em: 12 Jan. 2017.

PRATES, Maria Luzia Fouto. **Maria Lamas (1893-1983) – uma participante na história da mentalidade feminina**. 2010. Tese (Doutorado) – FCSH / UNL, Lisboa, 2010.

RECHENA, Aida. Contributos para a visibilidade das mulheres em exposições museológicas. In: PINHEIRO, Cristina Santos; EMONTS, Anne Martina; FRANCO, Maria da Glória; BEJA, Maria João.





(Coord.). **Mulheres: feminino, plural**. Funchal: Nova Delphi, 2013. p. 369-380.

RODRIGUES, Ana Paula Gato R. Polido. **Da assistência aos pobres aos cuidados de saúde primários em Portugal: O papel da enfermagem 1926-2002**. 2013. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de saúde Pública / Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

RODRIGUES, Melanie Catherine Callegari. **Emigração feminina do concelho da Figueira da Foz com destino a França (1960-1975)**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Casino da Figueira / Centro de História da Sociedade e da Cultura, Coimbra, 2012.

SALES, Teresa. (Coord.). **Desocultando quotidianos de mulheres: Projeto memória e feminismos**. Lisboa: UMAR, 2014.

SAMARA, Maria Alice. **Operárias e burguesas: As mulheres no tempo da República**. Lisboa: A esfera dos livros, 2007.

SANTO, Sílvia Espírito. **Adeus até ao meu regresso: O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)**. Lisboa: Horizonte, 2013.

SANTO, Sílvia Espírito. Representações femininas do império na 1ª metade do século XX. **Faces de Eva** – Estudos sobre a mulher, n. 34, p. 89-104, 2015.

SILVA, Susana Serpa. As mulheres enquanto vítimas da violência. O caso de São Miguel no século XIX. In: SIMAS, Rosa Maria Neves. (Coord.). **A vez e a voz da mulher: Relações e migrações**. Lisboa: Colibri, 2014. p. 231-244.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de género. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUSA, António Ferreira de. A Obra de Protecção às Raparigas e a educação das criadas de servir 1914-1945. **Faces de Eva** – Estudos sobre a mulher, n. 15, p. 59-82, 2006.

STONE, Maria Emília. Vivências monárquicas. In: CASTRO, Zília





Osório de; ESTEVES, João; MONTEIRO, Natividade. (Coord.). **Mulheres na I República**: Percursos, conquistas e derrotas. Lisboa: Colibri, 2011. p. 125-144.

TAVARES, Manuela. **Movimentos de mulheres em Portugal**: Décadas de 70 e 80. Lisboa: Horizonte, 2000.

TAVARES, Maria Manuela. **Feminismos em Portugal (1947-2007)**. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Aberta, Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.2/1346>>.

THÉBAUD, Françoise. Écrire l'histoire des femmes et du genre: Comparaisons et connexions européennes In: _____. **Genre, femmes, histoire en Europe**: France, Italie, Espagne, Autriche [en ligne]. Nanterre: Presses universitaires de Paris Ouest, 2011. (généré le 14 mars 2016). Disponível em: <<http://books.openedition.org/pupo/2865>>.

VAQUINHAS, Irene. Estudos sobre as mulheres na área de História. **Estudos sobre as mulheres em Portugal**, Actas do Seminário realizado em Lisboa em 14 e 15 de Janeiro de 1993, Cadernos Comissão Feminina, Lisboa, n. 38, p. 107-139, 1993.

VAQUINHAS, Irene. “**Senhoras e mulheres**” na sociedade portuguesa do século XIX. Lisboa: Colibri, 2000. p. 163-184.

VAQUINHAS, Irene. Breve reflexão historiográfica sobre a história das mulheres em Portugal: o século XIX. **Faces de Eva**: Estudos sobre a mulher, n. 3, p. 81-101, 2000.

VAQUINHAS, Irene. Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço. **Revista da Faculdade de Letras, História**, Porto, III Série, v. 3, p. 201-221, 2002. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2287.pdf>>.

VAQUINHAS, Irene. Breve reflexão a propósito da igualdade de oportunidades na Universidade de Coimbra depois do 25 de Abril de 1974. **Nem Gatas Borracheiras, Nem Bonecas de Luxo**: As Mulheres Portuguesas Sob o Olhar da História (Séculos XIX-XX). Lisboa: Horizonte, 2005. p. 154-159.

VAQUINHAS, Irene. Museus das mulheres na actualidade: criação,





objectivos e o contributo da história. **Revista Iberoamericana de Turismo** – RITUR, Penedo, n. Especial, p. 5-26, Out. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>>; <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/issue/view/147>>.

VAQUINHAS, Irene. História das mulheres. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015a. p. 335-339.

VENTURA, António. **Silêncio e ventura**: Uma história da maçonaria feminina em Portugal. Lisboa: Temas e Debates, 2016.

VENTURA, Isabel. **A emergência das mulheres repórteres nas décadas de 60 e 70**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Aberta, Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.2/559>>.

VICENTE, Ana. Antifeminismo. A resistência ao evidente. In: MARUJO, António; FRANCO, José Eduardo. **Dança dos demónios**: Intolerância em Portugal. Lisboa: Temas e Debates, 2009. p. 431-483.

VICENTE, Filipa. Fora dos cânones: mulheres artistas e escritoras no Portugal dos princípios do século XX. **Faces de Eva**: Estudos sobre a mulher, n. 33, p. 37-51, 2015.

VICENTE, Filipa Lowndes. **A arte sem história**: Mulheres e cultura artística (séc. XIX-XX). Lisboa: Athena, 2013.

VIRGILI, Fabrice. L'histoire des femmes et l'histoire des genres aujourd'hui. **Vingtième siècle** – Revue d'Histoire, n. 75, p. 5-14, jui.-sep. 2002. Disponível em: <https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=VING_075_0005>.

SITES WEB

<http://www.molinsight.net/amonet/amonet_principal.htm>

<<https://www.cig.gov.pt/a-cig/historia-da-cig/>>

<<http://apem-estudos.org/pt/page/o-que-somos>>

<http://www.univ-ab.pt/cemri_esm/>

